ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO

Edital n. 01/2007 – ALMG

ANALISTA LEGISLATIVO

JORNALISTA / ÁREAS II, III, IV E V

Códigos: 228 a 231

CADERNO 1
ORIENTAÇÕES PARA A PROVA DISCURSIVA

1. Este caderno contém as orientações para a Prova de Conhecimentos Específicos do Cargo e da Especialidade acima registrados, prova esta composta de **4 (quatro) questões discursivas**.

2. Preencha com cuidado, **A TINTA**, o talão de identificação que se encontra no **Caderno 2** da Prova Discursiva:
   - transcreva o seu número de inscrição,
   - escreva seu nome em letra de forma,
   - assine no lugar apropriado;
   - escreva o número do seu Documento de Identidade.

3. **NÃO SE IDENTIFIQUE NAS FOLHAS DE RESPOSTAS DA PROVA DISCURSIVA.**

4. A prova que apresentar qualquer sinal ou que contiver expressão que possibilite a identificação do candidato **será anulada** e a ela se atribuirá a nota **0 (zero).**

5. Ao finalizar, entregue o caderno da Prova Discursiva contendo a folha de identificação e suas respostas ao aplicador.

   Atenção: **não destaque** a folha de identificação.

6. Ao término do tempo previsto para a duração da prova, o envelope contendo as folhas de identificação e as respostas dos candidatos será devidamente lacrado.

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

TEMPO TOTAL DE DURAÇÃO DA PROVA: QUATRO HORAS.

FUNDEP Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

INSTRUÇÕES

1. Leia cuidadosamente as questões e responda-as com caneta de **tinta azul** ou **preta,** letra **legível**, no **Caderno 2** da Prova Discursiva, observando a numeração de cada questão e a quantidade de linhas solicitada.

2. A versão definitiva das respostas ou a sua transcrição (caso tenham sido feitas em rascunho) deverá ser registrada no espaço próprio do **Caderno 2** que contém a folha de identificação.

3. O **valor total** dessa prova é **120 (cento e vinte) pontos**, sendo o valor de cada questão **30 (trinta) pontos**. Na sua correção, será considerada a observância da norma padrão da língua portuguesa nos termos previstos no item 33.1.2.1 do Edital.

TABELA VII - INOBSERVÂNCIA DA NORMA PADRÃO

Item 7, subitem 7.5.2 do Edital.

Itens		Desconto (por erro)
Ortografia (inclusive acentuação gráfica)	(O)	Até 0,5 ponto
Sintaxe (regência, concordância, colocação pronominal)	(S)	Até 1,0 ponto
Pontuação	(P)	Até 0,5 ponto
Estruturação de Período – coerência e coesão	(EP)	Até 1,0 ponto
Propriedade de Vocabulário	(PV)	Até 0,5 ponto

TABELA VIII – LIMITES DE DESCONTO (adaptado)

Item 7, subitem 7.5.3 do Edital.

Cargo/Especialidades	Limite máximo de desconto por erros decorrentes da inobservância da norma padrão da Língua Portuguesa
Analista Legislativo:	
Jornalista – Áreas II, III, IV e V	**20 (vinte) pontos**

[...]

Questão 01

Leia a notícia abaixo.

País precisa de 27,7 mi de moradias até 2020
FolhaNews

O Brasil vai precisar de 27,7 milhões de novas moradias até 2020 para dar conta de atender o crescimento das famílias, zerar o atual déficit habitacional e acabar com cortiços e favelas.

É o que indica estudo da FGV Projetos elaborado para o SindusCon SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil Paulista), que será apresentado na próxima semana ao Ministério das Cidades durante as discussões do Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

Para chegar a esse número, a FGV considerou que, em 2020, o País terá 21,1 milhões de novas famílias — no ano passado, eram 59,1 milhões de famílias. O cálculo prevê eliminar as 2,431 milhões de moradias habitadas por duas ou mais famílias e as 3,548 milhões de moradias inadequadas, como as favelas — segundo os últimos dados da PNAD (IBGE) de 2006.

Pelos números da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, o País precisa construir até 2023 cerca de 27 milhões de novas moradias — só para atender o crescimento das famílias, sem considerar o déficit habitacional. A secretária Inês Magalhães afirma que cerca de 40% dos recursos necessários para isso têm de vir dos cofres públicos, mesma estimativa do SindusCon.

Atualmente, cerca de 1,6 milhão de moradias são construídas por ano no País. Nos cálculos da FGV Projetos, esse número tem de subir para 2 milhões de unidades anuais para atender a demanda habitacional que está por vir e eliminar as moradias inadequadas.

O estudo também constatou que cerca de 70% a 75% dessas 27,7 milhões de moradias têm de atender as famílias com renda familiar de até dez salários mínimos, já que essa faixa de renda é a mais carente de habitação e é a que mais cresce.

Pelo menos metade das 27,7 milhões de moradias terão de ter subsídio ou algum tipo de apoio do governo, diz a FGV. "Pelo menos metade da demanda habitacional prevista até 2020 precisa de subsídio direto do Estado", diz Fernando Garcia, coordenador do Núcleo de Economia da FGV Projetos.
A expansão de prazos e de crédito para o mercado de imóveis resolve o que equivale entre 15% e 20% do déficit habitacional do País, na avaliação de especialistas. "Para resolver o problema de 80% do déficit habitacional, tem de ter política pública", diz Braulio Borges, da LCA Consultores.

Ele estima que entre 2008 e 2017 a demanda por financiamento deve atingir 4 milhões de imóveis, que serão financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação, pelo FGTS ou pela carteira hipotecária. "20% do déficit habitacional terá condições de ser financiado porque as famílias estão mais confiantes e há mais crédito e prazos. Entre 2000 e 2007, a média anual de moradias financiadas era da ordem de 30 mil unidades. Estamos projetando 400 mil unidades anuais nos próximos dez anos", diz Borges.

Bernadete Maria Pinheiro Coury, superintendente nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal, informa que a instituição já está ampliando o financiamento à população de menor poder aquisitivo. Em 2006, 72% dos recursos aplicados foram direcionados às famílias com renda de até cinco salários mínimos. Em 2007, esse percentual subiu para 82%.

"Estamos conseguindo que mais famílias com renda até cinco mínimos tenham acesso ao crédito imobiliário. No ano passado, ampliamos o prazo de financiamento, que era de 20 a 25 anos, para 30 anos, e os juros caíram 0,5 ponto percentual. Neste ano, o financiamento a essa faixa de renda será ainda maior", disse ela.

De acordo com Lage (2001), em *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, as fontes, pessoais, institucionais ou documentais, podem ser classificadas, de acordo a sua natureza, em relação à confiança e confiabilidade que oferecem ou aparentam, ao tipo de material ou avaliação que podem fornecer, e à proximidade, vivência ou observação do evento em questão.

A) **CLASSIFIQUE** as fontes indicadas abaixo (enquadrando-as em mais de um tipo de classificação, quando for o caso) com base na proposta de Lage.
EXPLIQUE e **JUSTIFIQUE** a sua classificação.

I. Bernadete Maria Pinheiro Coury, superintendente nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal.

II. Fernando Garcia, coordenador do Núcleo de Economia da FGV Projetos.

III. Inês Magalhães, da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

B) Você é um repórter da TV Assembléia que, a partir dessa matéria da *FolhaNews*, vai fazer uma reportagem sobre o tema. A reportagem será usada para fomentar um debate entre deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais a respeito do déficit habitacional e da tramitação de projetos relacionados ao tema na Casa. A sua reportagem comporta até quatro fontes. Considere que a pluralidade de fontes é um dos pilares do jornalismo público, e que "[...] as reportagens públicas são aquelas que superam os interesses privados, mercadológicos e partidários" (BARBEIRO e LIMA, 2003, p. 35).

INDIQUE ***quatro*** fontes que seriam ouvidas na sua reportagem. Para fazer essa escolha, recorra às fontes utilizadas pela *FolhaNews*. Se considerar necessário, ainda dentro do limite de quatro fontes, você pode indicar até duas que não estejam relacionadas na matéria citada.
EXPLIQUE e JUSTIFIQUE a sua escolha.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um ***máximo*** de ***12 linhas***.

Questão 02

Leia a transcrição de uma notícia postada no *site* da Rádio Assembléia às 12h30. A matéria foi produzida, após apresentação dos dados em questão para integrantes do Conselho Nacional da Educação, por um colaborador de Brasília.

> O Brasil tem um déficit de 246 mil professores, segundo dados apresentados nesta manhã pelo MEC ao Conselho Técnico Científico da Educação Básica. A falta de professores é mais crítica para as disciplinas de matemática, física e química, embora ocorra também em disciplinas de outras áreas, como no caso da língua espanhola. Só na disciplina de física, por exemplo, faltam 56 mil professores. O mais preocupante é que sequer existem universidades em número suficiente para formar esses profissionais. Nos últimos cinco anos, somadas todas as faculdades que têm curso de licenciatura em física, elas formaram apenas 13 mil professores. No caso da matemática, que tem um déficit estimado de cerca de 50 mil professores, até existem faculdades em número suficiente para formar profissionais para suprir essa demanda, já que nos últimos cinco anos elas formaram juntas cerca de 110 mil professores. O problema é que, destes 110 mil, apenas 43 mil atuam no magistério. A explicação pode estar nos baixos salários que espantariam os jovens recém-formados. A presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Juçara Vieira, que é uma das integrantes do Conselho Técnico Científico da Educação Básica, lembrou que a remuneração média do professor brasileiro para uma jornada de trabalho de 36 horas semanais é de novecentos reais, enquanto a média salarial para ingresso por concurso público em qualquer repartição pública, para uma carga horária de 20 horas semanais, fica em torno de mil e duzentos reais. Ainda de acordo com dados do MEC, as regiões que mais sofrem

com a falta de professores são o Norte e o Nordeste do País. No Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a falta de professores é pior nos municípios com pior índice de desenvolvimento humano. De Brasília, João da Silva.

Agora leia o *release* encaminhado pela Secretaria de Estado da Educação para a redação da Rádio Assembléia no final da tarde.

Governo de Minas busca alternativas para formar professores

Uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação (SEE) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) vai promover a formação de professores do sistema público de ensino para a área de ciências. Os primeiros cursos serão oferecidos em quatro regiões do estado: Vale do Jequitinhonha (Araçuaí), Norte de Minas (Montes Claros), Vale do Mucuri (Teófilo Otoni) e Vale do Rio Doce (Governador Valadares). O vestibular, realizado em dia 15 de julho, ofereceu 400 vagas para licenciaturas de ciências biológicas e química. Os cursos semipresenciais começam em agosto e terão duração de quatro anos.

Um estudo recente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) aponta que a falta de professores nas áreas de ciências é observada em todas as regiões do País, com um déficit nacional de, aproximadamente, 250 mil professores de quinta a oitava séries do ensino fundamental e de todo o ensino médio. Em Minas, a parceria com a UFMG atende as regiões onde há mais carência desses profissionais.

Novas oportunidades

Foi a falta de professores de química que levou Vladir Soarez Fonseca, de Araçuaí, Norte de Minas, para as salas de aula. Graduado em educação física, Vladir lecionou química de 1998 a 2001, na Escola Estadual Frei Rogato e na Escola Estadual Industrial São José. "Faltam professores especializados em ciências na região. A maioria dos professores de química, por exemplo, é formada em matemática ou em engenharia. Por não ter licenciatura, tive de voltar a ministrar aulas de educação física, mas gosto mesmo é de química", declara o professor, que espera voltar para as salas de aula por meio do curso oferecido pela parceria UFMG/ SEE.

Formado em engenharia de agrimensura pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Jerônimo Alves da Paz começou a dar aulas na Escola Técnica de Araçuaí, inicialmente de topografia, matéria diretamente ligada à sua área. "Quando entrei na universidade não pensava em dar aulas, mas gostei muito da experiência", conta. "Foi quando surgiu a proposta de lecionar química na Escola Estadual D. José de Haas e, apesar de a matéria não ser diretamente ligada à engenharia de agrimensura, achei o desafio interessante e agora vou fazer o curso para ter a licenciatura", diz.

Ao contrário de Jerônimo, Viviane Emília Melo, professora de química do ensino médio em Teófilo Otoni, sempre quis ser professora e não perdeu a oportunidade de fazer o curso de ciências biológicas na cidade onde vive. "Tenho habilitação em química, mas gosto muito da área de ciências biológicas. Vai ser muito bom ter a licenciatura nas duas áreas", comemora.

A parceria firmada entre Secretaria de Estado de Educação e UFMG prevê um investimento total do Estado de cerca de R$ 3 milhões, a serem investidos na adequação da infra-estrutura para a realização dos cursos – construção de prédios, salas de aula e laboratórios. A UFMG será responsável pela realização dos processos seletivos para os cursos e pela captação de recursos complementares junto ao governo federal e prefeituras.

Desde 2003, o Governo de Minas e a Secretaria de Estado de Educação investem na construção e reforma de prédios escolares e em projetos de melhoria para os ensinos fundamental e médio. O estado foi pioneiro, por exemplo, na implantação do ensino fundamental de nove anos – recebendo na escola pública alunos com seis anos de idade – e na distribuição de livros para todos os alunos do ensino médio – foram distribuídos até agora 6,3 milhões de livros didáticos de todas as disciplinas.

Fonte: Secretaria de Estado da Educação

Com base nas informações disponíveis, **REDIJA uma suíte** sobre esse assunto que deverá ser postada no *site* da Rádio Assembléia às 19h e encaminhada para as 205 emissoras do interior mineiro que veiculam o Boletim Correspondente Assembléia às 7h da manhã.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um ***máximo*** de ***15 linhas***.

Questão 03

Acompanhe a matéria disponibilizada no Portal da Câmara dos Deputados em 27/02/2008.

Bancada feminina elege Lei Maria da Penha como prioridade
Da Agência Câmara

A coordenadora da bancada feminina, deputada Sandra Rosado (PSB-RN), reafirmou nesta quarta-feira que uma das prioridades do grupo neste ano é ampliar a aplicação efetiva da Lei Maria da Penha, que pune com mais rigor a violência doméstica, para todos os estados brasileiros. Ela lembrou que, até agora, a legislação é aplicada em apenas 17 estados. Sandra Rosado fez a declaração durante café da manhã promovido pela

bancada para divulgar a programação do Dia Internacional da Mulher (8 de março) e a comissão geral que debaterá a Lei Maria da Penha na próxima semana.

Durante o evento, a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) afirmou que dois outros pontos merecem destaque na conquista de direitos pelas mulheres nos últimos anos no Brasil: a atuação e a ampliação das delegacias especializadas no atendimento à mulher em todo o País; e as mudanças promovidas pelo novo Código Civil (Lei n. 10.406/02), que determina, por exemplo, que o poder familiar cabe ao marido e à mulher. Segundo Portugal, a bancada teve participação efetiva nessas mudanças.

Participação na política

No encontro, a deputada Fátima Bezerra (PT-RN) destacou o trabalho da bancada neste ano para incentivar a participação feminina nas eleições de outubro. Bezerra lembrou que, nas eleições municipais de 2004, 75% dos municípios não registraram candidaturas femininas para cargos majoritários e para as câmaras de vereadores.

A deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB-GO) também ressaltou a conjuntura eleitoral e a necessidade de reforço da bancada às iniciativas para fortalecer a representação feminina na política. Já a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) reafirmou o pedido de maior representação no Colégio de Líderes e na Mesa Diretora da Câmara.

Como exemplo positivo de seu partido, o PCdoB, Alice Portugal citou a decisão de instituir cotas internas para os cargos de direção. "É um avanço para a democracia interna", disse.

Violência

As demais representantes dos partidos que falaram durante o evento destacaram temas como o reforço a políticas de segurança para combater a violência contra as mulheres. "Faltam estratégias de segurança específicas para as mulheres", afirmou Marina Maggessi (PPS-RJ).

A deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP) disse que as mulheres ainda são vítimas de outro tipo de violência, a da discriminação salarial, principalmente as afro-descendentes, "resquício dos 120 anos de abolição inconclusa".

As deputadas Nilmar Ruiz (DEM-TO) e Sueli Vidigal (PDT-ES) ressaltaram a atuação da bancada feminina no debate sobre temas igualmente relevantes para a inclusão social das mulheres, como educação, melhoria nas condições de trabalho e ampliação dos direitos sociais, como a licença-maternidade.

Pollyana Ferrari (2003), em *Jornalismo digital*, afirma que "jornalistas *on-line* precisam sempre pensar em elementos diferentes e como eles podem ser complementados".

IDENTIFIQUE pelo menos cinco recursos que poderiam ser utilizados para garantir a interatividade e a integração de mídias possibilitadas pela internet.

EXPLIQUE de que forma esses recursos seriam utilizados. **JUSTIFIQUE** sua adoção.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um ***máximo*** de ***20 linhas***.

Questão 04

Leia a notícia abaixo.

Após 20 anos, jornalistas têm novo Código de Ética
Da Redação do Comunique-se

A versão final do novo Código de Ética dos Jornalistas foi publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). As propostas de atualização do código – vigente desde 1987 – foram apresentadas em congresso da Fenaj entre os dias 03 e 05/08. Entre as principais alterações que a nova versão do código traz, destacam-se a inclusão de artigos sobre o uso de câmeras e gravadores escondidos em reportagens, manipulação de imagens digitais e artigos reiterando a função de assessoria de imprensa como uma atividade jornalística.

"A Fenaj fez sua parte, está aí o novo código atualizado. Ele é bastante similar aos códigos deontológicos (que prezam pela moral pública) que existem pelo mundo. Este é o quarto código do Brasil. Assim como a moral está em constante mudança e transformação, é claro que o código vai sofrendo atualizações conforme as mudanças nas práticas da profissão", disse o presidente da Fenaj, Sérgio Murillo.

Membro da equipe de trabalho que sistematizou as propostas de alteração que foram colocadas sob consulta pública, a jornalista Carmem Pereira explicou que a maioria dos equipamentos utilizados hoje não existia há 20 anos e, por isso, a necessidade da atualização, principalmente no que diz respeito aos recursos utilizados pelo telejornalismo.

"Não tínhamos os equipamentos minúsculos como temos agora, por exemplo. O código novo faz restrições ao uso de equipamentos escondidos, mas não proíbe. Do ponto de vista ético, ele é aceito, mas o que deve prevalecer para utilizar um equipamento como esse, esgotadas as outras possibilidades, é o interesse público", conta Carmem.

O presidente da Fenaj afirmou ainda que, de modo geral, existe pouco debate sobre a profissão. "Se discute pouquíssimo sobre os dilemas éticos, mas esse quadro já foi muito pior. As escolas de jornalismo do País deram uma contribuição grande e alguns instrumentos criados, observatórios em universidades. Mas, infelizmente, qualquer iniciativa que cobre posturas éticas no Brasil é logo acusada de censura. Não se pode ficar agarrado a esses preconceitos".

Tomando como base o livro *Sobre ética e imprensa*, de Eugênio Bucci (2006), e considerando a notícia acima, **JUSTIFIQUE** a posição do presidente da Fenaj, Sérgio Murillo, segundo o qual é necessário atualizar o código deontológico dos jornalistas em virtude das transformações constantes pelas quais passa a moral.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um ***máximo*** de ***15 linhas***.

RASCUNHO (frente/verso)

ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.